



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

49

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 12 / 12 / 1997
C	Jd.
	Rubrica

Processo : 13932.000014/96-15  
Acórdão : 202-09.381

Sessão : 03 de julho de 1997  
Recurso : 100.947  
Recorrente : CELSO GRANEMANN ANDRADE  
Recorrida : DRJ em Curitiba/PR

**ITR - BASE DE CÁLCULO** - Para revisão do Valor da Terra Nua-VTN pela autoridade administrativa competente, faz-se necessária a apresentação de laudo técnico emitido por entidade de reconhecida capacitação técnica ou profissional devidamente habilitado (Lei n. 8.847/94, artigo 3º, § 4º), específico para a data de referência, com os requisitos das Normas da ABNT e acompanhado da prova de Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: CELSO GRANEMANN ANDRADE.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso**. Ausente, justificadamente, o Conselheiro José de Almeida Coelho.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 1997

Marcos Vinícius Neder de Lima  
**Presidente**

José Cabral Garofano  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Helvio Escovedo Barcellos, Tarásio Campelo Borges, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Antônio Sinhiti Myasava e Fernando Augusto Phebo Júnior (Suplente).

FCLB/mas-rs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13932.000014/96-15

Acórdão : 202-09.381

Recurso : 100.947

Recorrente : CELSO GRANEMANN ANDRADE

## RELATÓRIO

Ao impugnar o lançamento do ITR/94, relativo ao imóvel cadastrado no INCRA sob o código 711.020.0001.376.5 e com área de 85,1 ha, alega que ocorreu erro no preenchimento dos dados na DI/94, especialmente valores do VTN, que estão fora da realidade, como atesta o Laudo de Avaliação da Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck/PR.

A DECISÃO Nº 3-231/96 (fls. 12/13) indeferiu os termos da petição impugnativa sob os seguintes fundamentos:

*"Ressalte-se, primeiramente, que houve um ajuste automático no VTN declarado, considerando-se o valor do hectare atribuído ao imóvel pelo contribuinte (VTN declarado/área total do imóvel) e multiplicando-o pela área tributada, resultando assim em um valor tributado inferior ao declarado.*

*A retificação dos valores informados na DITR/94 (fls. 10), é incabível, pois, conforme preceitua o artigo 147, § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66), o lançamento feito com base nas informações do contribuinte só poderá ser alterado, visando diminuir ou extinguir o crédito tributário, se as retificações forem apresentadas antes de recebida a notificação mediante a comprovação dos erros em que se fundamentem.*

*As condições para a retificação do lançamento, como mencionadas, são cumulativas, portanto, para surtir o efeito pretendido pelo interessado, laudo de avaliação específico para o imóvel, emitido por profissional habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, deveria ter instruído o pedido tempestivo de retificação, ou seja, efetuado antes da ciência do lançamento.*

*Ainda que não fosse o caso, o documento de fls. 03 não é suficiente para promover a revisão pretendida, haja vista a competência da Prefeitura Municipal estar restrita a avaliação de imóveis urbanos.*

*A revisão de ofício, pela autoridade administrativa, só é possível quando evidenciado, inequivocamente, o erro de fato cometido no preenchimento da declaração, não sendo este o caso em análise.*



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13932.000014/96-15

Acórdão : 202-09.381

*Assim, deve ser mantido o lançamento efetuado em conformidade com a legislação vigente."*

Em suas razões de recurso (fls.26/27), insiste na existência de erro no preenchimento da DI/94 e não agiu de má fé, vez que o VTN foi declarado com valor irreal da média do município e da região. O VTN, por hectare, na DI-ITR/94 foi de 9.431,34 UFIR e o VTN médio do Município é de 619,82 UFIR, pelo que merece ser acatado o Laudo de Avaliação do Município de Conselheiro Mairinck.

As contra-razões do Sr. Procurador da Fazenda Nacional pedem pela manutenção da decisão recorrida, vez que o tributo foi lançado com base nas informações fornecidas pelo próprio contribuinte, tudo nos termos do artigo 147 do CTN e artigo 49, § 3º, da Lei n. 4.504/64.

O artigo 18 da Lei n. 8.847/94 regula de maneira específica casos de omissão em relação ao ITR. A Norma de Execução SRF/COSAR/COSIT/nº 01/95 dispõe que toda e qualquer alteração de dados cadastrais deve ser justificada mediante prova incontestável do erro em que funde, antes do efetuado o lançamento.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13932.000014/96-15  
Acórdão : 202-09.381

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JOSÉ CABRAL GAROFANO

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal. Dele conheço por tempestivo.

Embora não haja dúvidas quanto à impossibilidade do contribuinte apresentar Declaração Retificadora, visando reduzir ou excluir tributo sem atendimento das condições estabelecidas no dispositivo legal (artigo 147, § 1º, CTN) - comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado do lançamento - tenho que isto não impede de impugnar, no âmbito do processo administrativo fiscal, informações por ele mesmo prestadas, sob pena de afrontar ao princípio da verdade material e ao amplo direito de defesa garantido pela Constituição.

O fato da norma complementar **in commento** estabelecer, como condição de admissibilidade do pedido de retificação da declaração, a que ele seja anterior à notificação do lançamento, deixa claro que as suas disposições regulam procedimentos que antecedem ao lançamento propriamente dito.

Alias, outro não é o entendimento da Administração Tributária sobre este assunto, conforme expresso pela Coordenação do Sistema de Tributação, em situação análoga, através da Orientação Normativa Interna n. 15/76.

No caso em tela, o contribuinte simplesmente sustenta o valor do VTN do município que deveria ser aplicado e, não aquele informado em sua Declaração de Informações. A decisão recorrida, na primeira parte de seus fundamentos, asseverou não ser possível a revisão dos dados fornecidos pelo sujeito passivo depois de efetuado o lançamento e, por isto, a impugnação não se prestaria a alterar dito lançamento.

Não é este o entendimento do Conselho de Contribuintes, como faz certo o Acórdão n. 105-03.530/89:

*"IRPJ - RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO - Uma vez comprovado que o resultado apresentado na declaração de rendimentos antes da lavratura do Auto de Infração não era correto, ao contribuinte é facultado apresentar o verdadeiro valor, mediante declaração retificativa, na fase impugnatória do procedimento."*



Processo : 13932.000014/96-15  
Acórdão : 202-09.381

No voto do arresto, a ilustre Conselheira-Relatora, Dra. Mariam Seif, entendeu merecer reparo a decisão que declarava a impossibilidade da retificação da declaração, com fundamento no artigo 616 do RIR/80, consignando:

*"Contudo, não atentou para o fato de que a declaração corrigida, que o contribuinte apresentou com a impugnação em substituição da anterior, e que decorreu de restituição da escrituração, não foi apresentada como retificação e sim como matéria de defesa.*

*Segundo o Relatório da Comissão Especial, designado para realizar a revisão do projeto de CTN elaborado por RUBENS GOMES DE SOUZA (e integrado por este e ainda por GERSON AUGUSTO DA SILVA E GILBERTO ULHÔA CANTO), a retificação da declaração, após a notificação de lançamento, deve ser tomada não como tal, mas como reclamação (hoje impugnação, segundo a nomenclatura do Processo Administrativo Fiscal), lendo-se neste relatório:*

*'Aditou-se, porém, a exigência de que a retificação seja pleiteada antes do lançamento, porquanto posteriormente tomara a forma de reclamação (item 99 do relatório).'*

*Portanto, a retificação, após o lançamento (quer por notificação, quer por auto de infração), não deve ser considerada senão como peça de defesa (quando solitária é a própria defesa; quando acompanhada a petição de impugnação, é um de seus elementos).*

*Sendo a defesa (reclamação, impugnação do lançamento) e não de retificação propriamente dita, deve-se dar o tratamento daquela e não desta.*

*Declarar a improcedência da impugnação como alegar-se a extemporaneidade da declaração substitutiva é aplicar a norma de retificação de declaração, onde somente cabe aplicar-se a norma relativa à impugnação do lançamento.*

*Se, após a notificação, o contribuinte não pudesse pleitear redução ou exclusão de tributo dentro do prazo de impugnação, e como toda reclamação tem essa finalidade, teríamos de admitir a impossibilidade de o contribuinte impugnar lançamento que se baseia na declaração ou reproduza dados dela, ainda que parcialmente.*



Processo : 13932.000014/96-15  
Acórdão : 202-09.381

*E se o contribuinte pode apresentar a documentação que entender necessária à sua defesa, pode também apresentar demonstrativos numéricos de sua obrigação, inclusive em formulários de declaração do imposto de renda.*

*A retificação, solicitada após a notificação, deve receber tratamento de reclamação (impugnação), dado ser assim conceituada, e se a reclamação é ampla, sem qualquer limitação ao seu exercício (sob pena de cerceamento de defesa), então como poder invocar, para indeferi-la, um preceito que diz respeito à retificação e não à reclamação?*

*Toda matéria útil pode ser acostada ou levantada na defesa, é também direito do contribuinte ver apreciada essa matéria, sob pena de restringir o alcance do julgamento. Se a declaração corrigida não puder ser examinada em seu mérito, de nada terá valido o direito de elegê-la como peça de defesa. Esse direito a ampla defesa estaria, assim, esvaziado de todo conteúdo, porque embora se reconheça que pode ser exercido, não se reconhece que possa ser apreciado, justamente porque apresentado após a notificação (ou seja, justamente como defesa)." (grifos do original)*

Estou com a decisão recorrida quando assevera não ser o documento de fl.03 - Laudo de Avaliação da Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck - suficiente para promover a revisão pretendida. A uma, porque Prefeitura Municipal só tem competência para se manifestar sobre imóveis urbano e a duas, porque o Laudo não atende à Norma NBR 8799 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, específica para avaliação de imóveis rurais, dos seus frutos e dos direitos dos mesmos.

Dentre os itens da Norma não atendido pelo Laudo de fls. 31/33, destaca-se:

1. indicação dos diversos valores pesquisados que serviram de base para a avaliação;
2. justificativa da escolha dos métodos e critérios de avaliação;
3. tratamento dos elementos de acordo com os critérios escolhidos e com o nível de precisão da avaliação;
4. cálculo dos valores com base nos elementos pesquisados e nos critérios estabelecidos;
5. determinação do valor final com indicação da data de referência;
6. conclusões com os fundamentos resultantes da análise rural.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13932.000014/96-15  
Acórdão : 202-09.381

Pelo fio do exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 1997

A handwritten signature in black ink, appearing to read "JOSE CABRAL GAROFANO", is written over a large, stylized, handwritten signature that serves as a background for the name.